



Mapeando os invisíveis: Desafios e importância em mapear as remoções na Região Metropolitana de São Paulo

Autores:

Aluizio Marino - UFABC - aluizio.marino@ufabc.edu.br

Resumo:

O Observatório de Remoções é um projeto de pesquisa-ação que realiza, desde 2012, um mapeamento das remoções e ameaças de remoção na Região Metropolitana de São Paulo. O objeto do mapeamento abrange processos de remoção coletivos, que afetam grupos ou comunidades. O objetivo é compreender e dar visibilidade as remoções, bem como fortalecer os processos de resistência e de luta pelo direito à cidade. O mapeamento possui caráter colaborativo e conta com a participação de lideranças de movimentos de moradia, impactados ou ameaçados de remoção e profissionais que atuam pela garantia do direito à moradia. O artigo explora os desafios e a importância do mapeamento das remoções, especialmente do seu caráter colaborativo, analisando as potencialidades e limites no engajamento dos impactados e ameaçados de remoção.

Mapeando os invisíveis:

Desafios e importância em mapear as remoções na Região Metropolitana de São Paulo

INTRODUÇÃO

O presente artigo é baseado nas experiências do Observatório de Remoções (OR), projeto de pesquisa-ação¹ que realiza, desde 2012, um mapeamento colaborativo das remoções e ameaças de remoção, inicialmente na cidade de São Paulo, e progressivamente ampliando para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O projeto também estabeleceu parcerias com outras universidades, que realizam mapeamentos semelhantes em outros estados brasileiros.²

O objeto do mapeamento abrange processos de remoção coletivos: expropriação de locais de moradia de pessoas e/ou famílias, em geral de baixa renda, marcados por vínculos com o espaço que ocupam não registrados como propriedade individual, sendo deslocadas forçadamente de seu habitat. O foco do OR está, portanto, nos processos de deslocamento forçado que afetam grupos ou comunidades. Não são registrados no banco de dados e analisados no mapeamento os casos de despejo individuais ou unifamiliares.

Os primeiros resultados cartográficos do OR foram publicados em 2012³, conferindo visibilidade às remoções e ameaças de remoção na cidade de São Paulo entre 2010 e 2012. Foram utilizadas diferentes fontes de informação: clipping de notícias veiculadas na mídia; pesquisas de campo; bancos de dados da Defensoria Pública; informações de parceiros (Centro Gaspar Garcia e Escritório Modelo da PUC); e denúncias enviadas a Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU⁴ por indivíduos, comunidades impactadas ou ameaçadas e movimentos de moradia.

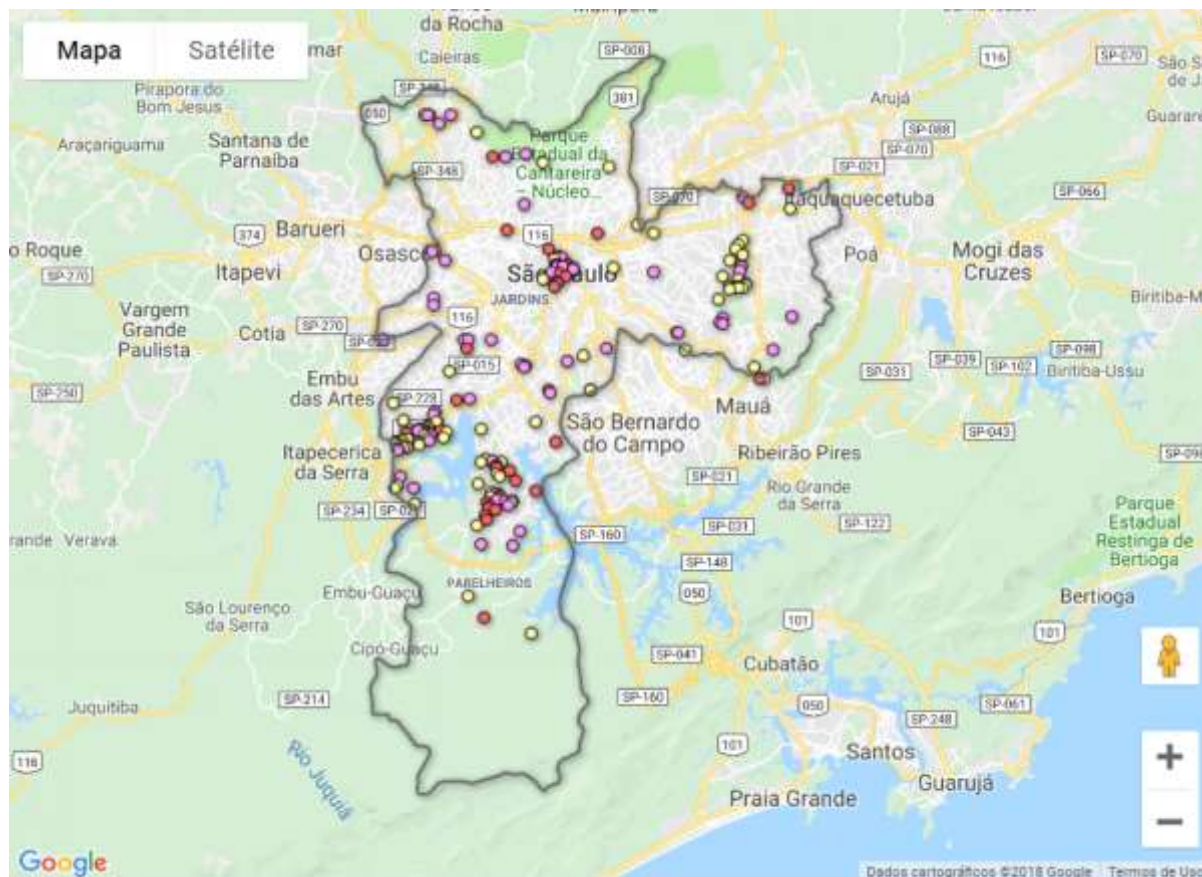
¹ Pesquisa-ação (FALS BORDA, 1978) é uma metodologia em que o pesquisador está comprometido com a prática dos grupos sociais analisados, compreendidos como interlocutores de pesquisa não como "objetos". Sua abordagem é direcionada a compreender as situações históricas e sociais de grupos e territórios vulneráveis. Implica na participação / prática do pesquisador. Além de observador, é também sujeito ativo que colabora com seus interlocutores. Especificamente, o projeto Observatório de Remoções se constitui como uma pesquisa ação cartográfica que tem como objetivo compreender e dar visibilidade as remoções, bem como fortalecer os processos de resistência e de luta por moradia e pelo direito à cidade.

² O projeto de pesquisa-ação Observatório de Remoções surgiu em 2012, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) reunindo pesquisadores voluntários dos laboratórios: LabCidade e LABHAB. A segunda fase do projeto desenvolveu-se, entre 2015 e 2017, com financiamento da Fundação Ford (FFORD), incluindo, além dos laboratórios originais, a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Amplia-se assim o território de investigação e intervenção para além da cidade de São Paulo, com os municípios do grande ABC e Foz do Iguaçu. Por fim, nesta terceira fase, entre 2017 e 2018, ainda com apoio financeiro da FFORD, compõem a equipe de pesquisa o LabCidade/ FAUUSP, o LabJUTA/UFABC e duas outras equipes de universidades federais brasileiras: o LEHAB, no Ceará e o PRAXIS, em Minas Gerais.

³ <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/historico/>

⁴ <http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/>

Mapa 1. Mapeamento colaborativo das remoções na cidade de São Paulo (2010-2012) Fonte: LabCidade



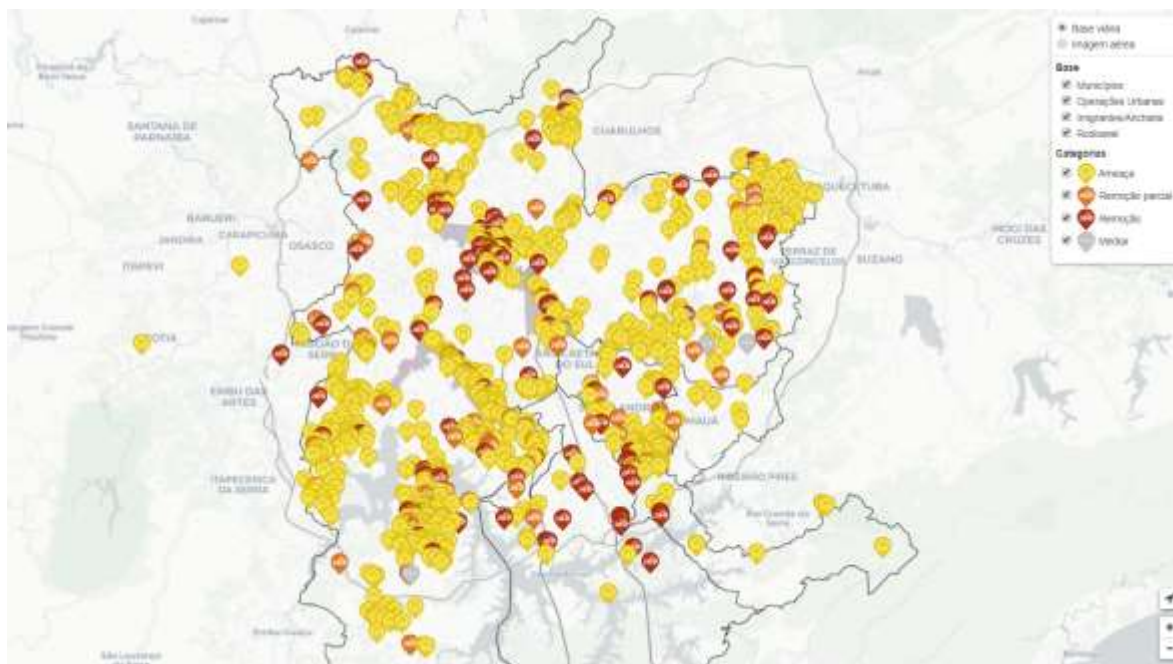
Após a primeira versão do mapeamento, o OR passou a aprimorar as ferramentas utilizadas e o processo em si. Em 2016 foi lançada uma segunda versão⁵, onde ao invés do *Google Maps* – ferramenta proprietária de uma empresa global de tecnologia, que notoriamente comercializa os dados de seus usuários – foi utilizado o *Open Street Map*⁶, uma ferramenta livre e colaborativa de mapeamento, mantida por hackers e ciberativistas. Essa primeira atualização do mapeamento inclui, além dos dados coletados anteriormente, novos casos relativos à capital e informações de quatro municípios da região do ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá. Para tanto, além das fontes de dados utilizadas na primeira versão, contou também com informações oriundas de: (i) bancos de dados oficiais, a partir de estatísticas públicas obtidas no portal Habisp⁷ e de informações disponibilizadas pelas Secretarias Municipais de Habitação dos municípios mencionados; e (ii) denúncias realizadas pelos próprios atingidos ou ameaçados, o que foi possível a partir da criação de um formulário online.

⁵ <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/mapa-denuncias/>

⁶ Plataforma desenvolvida a partir de *template* desenvolvido por [Bryan McBride](#), a partir da biblioteca JavaScript [Leaflet](#).

⁷ O Habisp foi lançado em 2013 pela Prefeitura de São Paulo. Consistia em um portal onde os cidadãos poderiam visualizar informações georreferenciadas sobre as políticas habitacionais. Atualmente, essa função é desempenhada pelo portal Habitasampa.

Mapa 2. Mapeamento colaborativo das remoções na cidade de São Paulo e ABC (2010-2016) Fonte: LabCidade



A análise das informações coletadas entre 2010 e 2016 aponta que as principais justificativas das remoções e ameaças de remoções na capital e nos municípios do ABC foram intervenções e projetos públicos, dentre eles: (i) urbanização de favelas, que envolviam deslocamentos de parte ou da totalidade dos moradores; (ii) implantação de áreas verdes; (iii) áreas sob impacto de operações urbanas; (iv) reintegrações de posse; (v) obras de infraestrutura; (vi) áreas de preservação ambiental como faixas de APP e outras delimitações; (vii) áreas de risco e (viii) faixas de domínio de rodovias. (ROLNIK et. al, 2017)

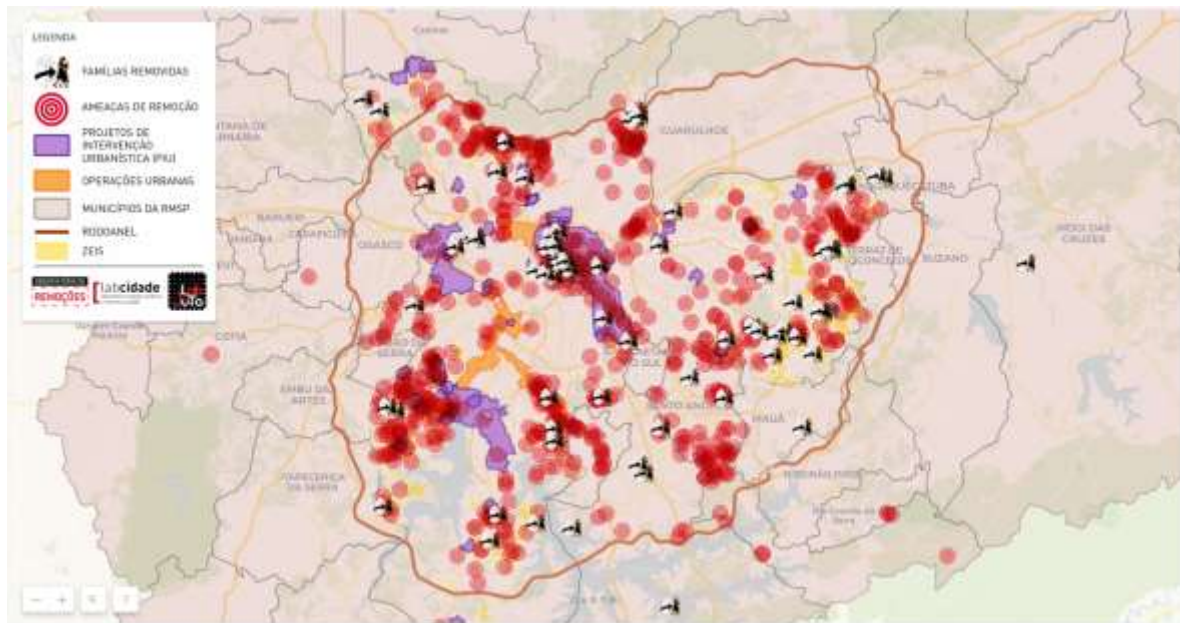
O mapeamento sempre teve um caráter colaborativo, ou seja, sempre contou com a participação de outros atores, especialmente lideranças de movimentos de moradia envolvidas na resistência de comunidades ameaçadas e profissionais engajados na luta pelo direito à cidade e à moradia. Entretanto, somente a partir desta segunda versão foi aberto um canal de denúncias online, por meio do qual atingidos e demais interessados passaram a poder notificar casos de remoção e/ou de comunidades ameaçadas. Entretanto o engajamento com a ferramenta, nesta primeira experiência, em 2016, foi abaixo do esperado: de um total de 868 ocorrências – entre remoções e ameaças de remoções mapeadas –, apenas onze são oriundas do canal de denúncia, o que representa apenas 1,2% dos casos.

Com o objetivo de ampliar o engajamento dos atingidos com o mapeamento das remoções, o OR realizou algumas atualizações em 2017⁸. Trata-se da terceira, e atual, versão do mapeamento. Dentre as mudanças, destacam-se: (i) ampliação do território de análise,

⁸ Outra mudança adotada foi a mudança para a ferramenta de inteligência espacial [Carto](#) (ou Cartodb). Trata-se de um software open source com aplicação web que oferece uma série de recursos para análise e visualização de dados geoespaciais.

de cinco para dez municípios na RMSP; (ii) mudança na narrativa do mapa, utilizando iconografias e representações inspiradas nos “ativismos cartográficos” (SANTOS, 2011); e (iii) introduz um novo canal, simplificado, de denúncias via whatsapp.

Mapa 3: Mapeamento colaborativo das remoções⁹ (2017-2018) Fonte: LabCidade



Ou seja, modificam-se, no contexto do projeto, as estratégias metodológicas adotadas para, ao mesmo tempo, fortalecer a narrativa contra remoções, parte constitutiva do mapeamento, e simplificar a comunicação entre o Observatório de Remoções e os atingidos e ameaçados. Além dessas estratégias, realizou-se outro esforço importante para ampliar o engajamento dos atingidos e ameaçados, a partir de um ciclo de oficinas e rodas de conversa nas comunidades ameaçadas de remoção, com a presença de moradores e de lideranças de movimentos de moradia.

Os dados organizados na versão atual do mapeamento das remoções estão divididos em quatro categorias: dados oficiais; clipping de matérias jornalísticas; dados colaborativos e pesquisas de campo. As fontes com maior expressão quantitativa são os dados oficiais (85%), obtidas a partir da análise de estatísticas e projetos públicos ou de solicitações de informação às gestões municipais. Em especial, os dados do portal Habitasampa e do Núcleo de Mediação de Conflitos da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (Sehab), departamento que surge no ano de 2016, com a intenção de tratar dos conflitos fundiários na cidade. Os dados de caráter colaborativo, oriundas do acompanhamento realizado por instituições parceiras do OR, de denúncias feitas pelos atingidos e oficinas territoriais; correspondem a 7% do total.

Os dados atualizados do mapeamento (2017-2018) mostram uma alteração em relação aos anos anteriores. As reintegrações de posse passam a ser a principal justificativa para as remoções, ao contrário dos dados entre 2010 e 2016 onde os projetos e

⁹ <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias/>

intervenções públicas foram as principais justificativas. A percepção de parte das lideranças dos movimentos de moradia que dialogam periodicamente com pesquisadores do Observatório de Remoções ajuda na compreensão desse dado. Os relatos obtidos em pesquisa de campo evidenciam o aumento do número de novas ocupações em terrenos vazios nos últimos anos, principalmente nas hiperperiferias da metrópole, o que traria como impacto o aumento do número de reintegrações de posse.

O artigo explora as experiências do OR, especificamente os desafios e a importância do mapeamento das remoções. Ao longo das análises será dada especial atenção ao caráter colaborativo do mapeamento, analisando as potencialidades e limites no engajamento dos impactados / ameaçados de remoção. Não serão analisados aqui os dados em si, esses resultados serão publicados em breve no formato de relatório de pesquisa e será disponibilizado no site do LabCidade.

MAPEAR AS REMOÇÕES: UM DESAFIO

Favelas, ocupações e outros territórios populares na cidade são marcados na linguagem do planejamento e da administração do território como “ilegais” ou “informais”, ou seja, os vínculos e formas de constituição do habitat presentes neste território são caracterizados não pela presença de características e formas, mas como sua ausência. A esta condição “fora da norma” destas espacialidades, se associa também o tratamento dos moradores como criminosos: a própria nomenclatura internacional utilizada para definir os assentamentos populares – *slums* – carrega este sentido, já que a palavra é sinônimo de criminoso ou “trambiqueiro”. Estas duas condições – e sua combinação que constitui um estigma territorial – demarca estes locais como sujeitos não a uma norma geral, mas uma administração sob permanente “estado de exceção”, ou seja, sujeito a tratamentos “especiais” e discricionários por parte da administração pública. Por outro lado, a própria lógica da ilegalidade justifica a ausência de investimentos públicos nesses locais, que associada aos poucos recursos para investimento por parte dos moradores se reflete na precariedade material que marca estes territórios. Por diversas razões já amplamente exploradas pela literatura (DENALDI; FERRARA, 2018; BUENO, 2000) é comum a localização destes assentamentos em áreas marcadas por fragilidades ambientais de vários tipos, geralmente vedadas pelos marcos legais para ocupação por parte de construções. Seja em função da própria condição de precariedade material, seja pela localização e sobretudo em função da natureza dos vínculos de posse da população moradora com o território – não enquadrados na forma de registro notarial das propriedades privadas, únicas formas reconhecidas pelos processos de desapropriação jurídico-administrativos – é frequente que estes sejam alvo de remoções em processos muitas vezes marcados por arbitrariedades, violências, ausência de compensações financeiras ou outras formas de atendimento habitacional adequado.

A criminalização desses territórios e sujeitos, assim como o próprio estado de exceção que marca a relação da administração pública com estes territórios são elementos que contribuem para a invisibilidade das remoções. Por serem consideradas ilegais,

ocupações e favelas são removidas, na maioria das vezes, sem nenhuma informação, projeto prévio ou procedimento jurídico.

Ao delimitar esses territórios como “ilegais”, muitas vezes se sobrepondo aos tecidos urbanos preexistentes, as normas de planejamento, construção e ocupação do solo definem uma geografia de invisibilidade para a política urbana ou classificam uma presença constituída – mas nunca plenamente estabelecida – como exceção. (ROLNIK, 2015, p.193)

A invisibilidade das remoções, origem e motivação do mapeamento, é, ao mesmo tempo, seu principal desafio. Essa “geografia de invisibilidade” dificulta o levantamento de dados e informações sobre as remoções, transformando-o numa tarefa complexa. Para contorná-la, e assim construir uma base de dados confiável, é necessário recorrer a diferentes fontes, o que, por sua vez, gera outro desafio: a integração dos dados. Dados oriundos de diferentes fontes possuem diferentes formatos, por exemplo: enquanto os dados públicos privilegiam informações técnicas e institucionais (metragem do terreno, presença de risco, zoneamento, existência de processos judiciais, áreas de proteção), os dados obtidos a partir de movimentos de moradia são ricos na descrição das famílias e pessoas impactadas bem como das violações de direitos e conflitos existentes. Compatibilizar informações de caráter distinto, e até mesmo antagônico, é um grande desafio para o mapeamento das remoções.

Uma das principais expressões da invisibilidade das remoções é a ausência de uma estatística pública sobre o tema. O único banco de dados público que possui informações específicas sobre remoções é o banco de sentenças do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP); entretanto, nele constam apenas as remoções que foram judicializadas e que já tiveram uma sentença em primeira instância. Além disso, essa fonte possui uma série de limitações que prejudicam a pesquisa sobre o tema, pois: na forma como os dados do TJSP estão organizados é impossível separar na pesquisa as remoções coletivas dos despejos individuais; e visualização dos dados é individualizada, processo a processo, não possibilita a exportação dos dados em uma planilha, dificultando a análise em escala.

Existem outros bancos de dados públicos que contém, de maneira indireta, informações sobre remoções e ameaças, entretanto, as informações encontram-se fragmentados e não possuem uma linguagem cidadã, estão majoritariamente organizados em uma linguagem técnica, o que impossibilita o acesso a boa parte do público interessado. É possível localizar informações sobre remoções ou reassentamentos dentro de planos diretores ou de Sistemas de Informação Geográficas Participativos (SIGP). No portal Habitasampa, por exemplo, encontramos dentro do arquivo *shapefile* das favelas da cidade de São Paulo, a indicação de locais onde existe risco de deslizamento ou solapamento nível 3 e 4 (alto ou muito alto), onde se recomenda o reassentamento das famílias. Cabe destacar que a maior parte dos dados oficiais sobre remoções não está disponível como estatística pública, sendo necessária a solicitação destes via Lei de Acesso a Informação, que, por sua vez, não garante o acesso à totalidade dos dados.

As informações sobre remoções e ameaças são, muitas das vezes, imprecisas, difíceis de georreferenciar com exatidão. Parte delas não possuem indicações de endereço; ou, em outras situações – especialmente as informações de caráter colaborativo – a identificação local, ou seja, o nome do lugar adotado pelas comunidades, não corresponde aos registros oficiais ou não constam nas bases de dados institucionais utilizadas nas ferramentas e softwares de mapeamento. As diferenças e disparidades entre a linguagem técnica e os saberes locais constituem um desafio relevante ao mapeamento das remoções, bem como outras experiências cartográficas contra-hegemônicas.

Além da invisibilidade, fragmentação e imprecisão dos dados referentes a remoções e ameaças de remoções, o processo de mapeamento é confrontado com o dilema denúncia versus exposição. Nos casos das ameaças de remoções, ou seja, quando a remoção ainda não se concretizou, o dilema sobre o mapeamento dessas situações torna-se uma questão ainda mais delicada. Perguntamo-nos cotidianamente: até que ponto identificar determinada comunidade ou ocupação como ameaçada fortalece a sua resistência e contribui para sua permanência? Ou, ao contrário, em que momentos o mapeamento pode aumentar a situação de vulnerabilidade da ocupação?

A própria dinâmica das ameaças de remoção é outro desafio para o mapeamento. O que está ameaçado e o que não está pode variar – de acordo com acontecimentos de grande proporção, mudanças de conjuntura, resultados eleitorais, descontinuidades de programas e planos – o que exige uma atenção permanente para compreender o que está ameaçado ou o que deixa de estar ameaçado. Um exemplo disso é o impacto da última mudança de gestão municipal na região central de São Paulo, quando a prefeitura reativou as estratégias do projeto Nova Luz, impactando especialmente o bairro Campos Elíseos, onde está localizado o fluxo da Cracolândia, iniciando em maio de 2017 um processo violento e acelerado de demolições e remoções.¹⁰

O resultado destas condições – invisibilidade, fragmentação e imprecisão – faz com que o mapeamento subestime o fenômeno, ou seja, os dados representados no mapa não correspondem à totalidade de remoções e ameaças de remoções existentes no território estudado.

Se, por um lado, as tecnologias de mapeamento colaborativo têm potencial de fortalecer resistências, quando apropriadas por comunidades e movimentos sociais, por outro, persistem as desigualdades de poder relacionadas com o domínio da técnica, informações e infraestrutura necessária (computadores, boa conexão com a internet, softwares). Uma vez que cartografias são produzidas e disseminadas a partir de ferramentas de mapeamento digital, os grupos atingidos ou ameaçados perdem o controle sobre essa informação, o que implica riscos (SLETTTO et al, 2013). O risco da exposição leva a situações em que determinadas informações não podem ser reveladas, ou seja, é preciso colocar limites à visibilização, pois o mapeamento indiscriminado de ameaças de remoção pode ampliar os conflitos existentes ou até mesmo expor as pessoas a situações de violência. É

¹⁰ Frente a essa situação extrema, o Observatório de Remoções se articulou com outras instituições, movimentos e coletivos para denunciar as violações de direitos em curso no território e propor um projeto alternativo, sob a perspectiva de quem ali vive, trabalha e circula. Essa articulação é identificada como Fórum Aberto Mundaréu da Luz. <https://mundareudaluz.org/>

fundamental zelar pela segurança das comunidades, neste sentido, a ausência de informações é muitas vezes uma estratégia consciente.

A estratégia adotada pelo OR para enfrentar esse dilema foi mapear apenas as ameaças latentes, adotando os seguintes critérios de inclusão: (i) ocupações que são alvo de processos de reintegração de posse ou que foram notificadas por autoridades públicas; (ii) comunidades localizadas em áreas onde estão planejadas intervenções urbanas ou grandes obras; que implicam em deslocamento (iii) assentamentos precários marcados como localizados em áreas de risco previamente assinalados em bancos de dados públicos; (iv) favelas listadas em projetos de remoção ou reassentamento em bancos de dados oficiais ; e (v) ameaças de remoção noticiadas pela mídia.

O dilema denúncia versus exposição evidencia a centralidade do **processo** de mapeamento. Para além do mapa, ou seja, do resultado cartográfico em si, o mais importante é a experiência colaborativa do mapeamento. O contexto em que o Observatório de Remoções está inserido exige sensibilidade quanto às vulnerabilidades presentes em cada local o que só pode ocorrer a partir da escuta e participação dos atingidos e ameaçados durante o processo. O mapeamento é uma construção permanente, que implica o compartilhamento de conhecimentos, a partir de encontros e mediações nos quais os sujeitos envolvidos – pesquisadores, lideranças, ativistas, atingidos e ameaçados – ensinam e aprendem.

Por fim, outro desafio é a configuração de um canal de denúncia que garanta o engajamento dos atingidos e ameaçados. As experiências iniciais do OR, bem como de outras práticas de mapeamento colaborativo (por exemplo o “Mapa dos Conflitos Fundiários”¹¹, lançado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana), evidenciam a dificuldade em fazer com que a ferramenta de denúncia seja utilizada pelos impactados e ameaçados. Frente a esse desafios, o OR chegou a algumas conclusões (i) a ferramenta, por si só, não resolve o problema, exigindo uma campanha de divulgação e engajamento do público alvo; (ii) aproveitar as ferramentas já utilizadas pelas pessoas é uma tática mais efetiva do que criar uma ferramenta nova, pois, – mesmo com várias funcionalidades – dificilmente ela será utilizada por conta de barreiras tecnológicas, entre elas a “zero rating”, prática recorrente das operadoras de telefonia móvel, no Brasil e no Mundo, de fornecer internet “gratuita” mas limitada a determinados aplicativos, principalmente redes sociais (Facebook, Instagram e WhatsApp)¹².

¹¹ <https://www.mapadeconflitos.org.br/>

¹² Ativistas que defendem a neutralidade da rede abordam a prática do “zero rating” enquanto uma violação do direito à informação que limita o acesso a totalidade da internet e potencializa a disseminação das “fake news”.
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43715049>

O OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES AGORA TEM UM NÚMERO DE WHATSAPP!



(11) 99565-0939

se você conhece alguma comunidade sofrendo uma ameaça de remoção

DENUNCIE PARA A GENTE!

OBSERVATÓRIO DE
REMOÇÕES

A IMPORTÂNCIA DE UM MAPEAMENTO DAS REMOÇÕES

Afinal, para que e para quem serve um mapeamento das remoções? Parece-nos evidente que, por si mesma, a visibilidade de uma problemática social historicamente invisibilizada – levando em conta os limites da exposição conforme abordado na sessão anterior – é uma contribuição importante. A organização dessas informações em uma linguagem acessível traz uma série de potencialidades, os dados servem, ao mesmo tempo, como elemento para a narrativa dos movimentos de moradia e referência para estudos acadêmicos.

A sistematização desses dados em formato de mapa contribui para a compreensão da geografia e da dinâmica das remoções e das ameaças de remoções em escala metropolitana, identificando, assim, os territórios com maior presença de conflitos fundiários e imobiliários. O mapeamento se configura como uma ferramenta importante para a compreensão ampliada da dinâmica de reestruturação territorial da metrópole e seu imbricamento com as remoções. Além de representar as remoções e ameaças de remoções no território, o mapeamento identifica também: (i) o número de famílias atingidas ou ameaçadas; (ii) as principais justificativas e atores responsáveis pelas expropriações; (iii) o proprietário do imóvel ou terreno ocupado; (iv) o início da ocupação; (v) a presença de movimentos sociais; entre outras informações específicas a cada caso. A versão atual do mapeamento organiza essas informações em infográficos, o que facilita a compreensão dos dados para o público em geral e imprime uma narrativa visual pelo direito à cidade e à moradia.

Figura 1. Infográficos do Mapeamento das Remoções (2017-2018) Fonte: LabCidade



O banco de dados com as informações das remoções e ameaças de remoção que constam no mapeamento é aberto e disponível para que outros pesquisadores possam utilizá-lo. As publicações com os resultados e análises do mapeamento estão todas licenciadas sob *creative commons*. Nesse sentido, o OR contribui para o desenvolvimento de outras pesquisas, disponibilizando informações que podem ser utilizadas e aprofundadas por estudantes e pesquisadores.

A ferramenta de denúncia e o mapa são instrumentos na luta pela permanência das comunidades e, ainda, por um atendimento habitacional adequado quando a remoção é inevitável¹³. Informações e denúncias recebidas pelo Observatório de Remoções muitas vezes subsidiam ações de defesa e garantia de direitos no âmbito jurídico e políticos. Uma das práticas adotadas pela equipe responsável pelo mapeamento é encaminhar as informações para a Defensoria Pública ou para instituições parceiras que trabalham na defesa do direito à moradia, com o intuito de, assim, garantir suporte jurídico às comunidades ameaçadas. Por outro lado, a própria publicização de um processo invisível o torna mais suscetível ao acompanhamento pela opinião pública, protegendo as comunidades de arbitrariedades que muitas vezes simplesmente “ninguém fica sabendo”. Em Campos Elíseos, região central de São Paulo, a ação do OR, em parceria com a Defensoria Pública e o Ministério Público garantiram, ao menos, o auxílio aluguel a maioria das 250 famílias removidas em abril de 2018¹⁴.

Mapa é narrativa, não apenas um repositório de dados. O mapeamento aqui analisado imprime uma contra narrativa as remoções, para assim incidir no debate público sobre o tema a partir de uma outra perspectiva, ampliando o olhar sobre as ocupações de moradia e a problemática habitacional. Essa disputa de narrativa é fundamental, já que para a mídia hegemônica e boa parte da opinião pública persiste em reforçar o olhar preconceituoso que enquadra pessoas como “invasores” e movimentos de moradia como “criminosos”. O papel do OR após a tragédia do Largo Paissandu, com o incêndio e o desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida (conhecido popularmente como Torre de Vidro), mostra a importância nessa disputa de narrativa: após o incidente, no dia 1 de maio de 2018, houve grande repercussão e as ocupações de moradia na cidade de São Paulo passaram a ser notícia constante, como nunca haviam sido. Uma das questões mais presentes nas coberturas midiáticas era que os movimentos de moradia estariam explorando economicamente pessoas e famílias que residiam em ocupações, o que intensificou a narrativa de criminalização dos movimentos de moradia. Ao mesmo tempo, logo após a tragédia o OR passou a incidir sobre esse debate, a partir da elaboração de conteúdos próprios, auxílio aos movimentos de moradia na elaboração de uma nota contra a

¹³ Remoções inevitáveis são aquelas quando a situação habitacional coloca em risco a vida dos moradores e não existem alternativas de permanência na localidade em condições de moradia digna e adequada.

¹⁴ O OR não defende o auxílio aluguel enquanto solução para a problemática habitacional, pelo contrário, compreende como um elemento que perpetua a precariedade habitacional e a transitoriedade permanente. Entretanto, no caso específico de Campos Elíseos inicialmente as famílias, especialmente as que residiam em ocupações, não receberiam nenhum tipo de atendimento. Portanto, o auxílio aluguel nesse contexto foi uma forma possível de redução dos danos.

criminalização¹⁵ e participação em entrevistas nas mídias hegemônicas e independentes; os dados presentes no mapeamento tiveram um papel fundamental nesse processo.

O mapeamento das remoções insere-se, portanto, na perspectiva de um “ativismo cartográfico”, na medida em que fortalece a luta de movimentos sociais e comunidades, instrumentalizando processos de resistência e permanência. Como apontado pelo professor Renato Emerson dos Santos, os ativismos cartográficos envolvem a colaboração entre universidades, organizações de defesa dos direitos humanos, movimentos sociais e comunidades, utilizando “objetos cartográficos [...] como leituras sociais do território que são confrontadas às leituras oficiais e [...] como instrumentos de fortalecimento da identidade social e de articulações políticas” (SANTOS R. E., 2011, p.4)

A cartografia não é um conjunto de técnicas neutras, pelo contrário, conforme argumentou Lacoste (1988), os mapas foram utilizados ao longo da história como instrumentos de controle e manutenção do poder hegemônico. O mapa, além de uma forma de representação geográfica, é conhecimento e, por consequência, poder (FOUCAULT, 1996). Os mapas representam, além de territórios, interesses e visões de mundo.

A partir da década de 1990, verificamos estudos e práticas que denunciam a parcialidade da cartografia institucional, e evidenciam a importância de uma cartografia social (CRAMPTON; KRYEGER, 2008; ACSELRAD, 2010). Atualmente constatamos a efervescência de produções cartográficas que incorporam leituras e interpretações até então ausentes na produção institucional; em outras palavras, constatamos o surgimento de diferentes práticas inseridas no campo dos ativismos cartográficos. A pesquisa-ação do Observatório das Remoções adota essa perspectiva alternativa e descolonizadora da cartografia. O mapeamento das remoções é uma ferramenta de denúncia das múltiplas dimensões da situação de insegurança habitacional e despossessão e instrumento na luta por moradia e pelo direito à cidade na RMSP.

O Mapeamento das Remoções se configura como um instrumento de luta pois sua construção está articulada com movimentos de moradia, instituições e coletivos que atuam no campo da garantia de direitos. Destaca-se a plenária, realizada em março de 2017, para apresentação e discussão pública dos resultados do mapeamento organizados em sua versão anterior (2010-2016), onde se definiu a necessidade de criação de uma Rede contra Remoções. Uma articulação facilitada pelo Observatório de Remoções, que envolve comunidades ameaçadas, movimentos de moradia, organizações da sociedade civil e outros grupos de pesquisa; com os objetivos de: organizar estratégias de luta; proteger e garantir os direitos dos atingidos; incidir sobre o debate público; e transformar as práticas institucionais vigentes, para assim evitar remoções e deslocamentos forçados.

¹⁵ <http://www.labcidade.fau.usp.br/nota-contr-a-criminalizacao-das-familias-que-ocupavam-edificio-no-largo-do-paissandu/>

Foto 1. Plenária da Rede contra Remoções (2017) Fonte: LabCidade



Foto 2. Plenária da Rede contra Remoções (2018) Fonte: LabCidade



Outra estratégia de articulação e, em especial, de engajamento dos ameaçados com a ferramenta de denúncia, foi à realização de oficinas territoriais. Foram realizadas cinco oficinas entre 2017 e 2018. As atividades iniciaram com uma breve apresentação do mapeamento e do canal de denúncia, após isso, abrimos um processo de escuta, onde os participantes colocaram sua opinião sobre a eficácia das estratégias do OR; a finalização da oficina se deu com o reconhecimento das ameaças de remoções em curso nos territórios

visitados. Além disso, nesses encontros foi possível distribuir folhetos com instruções sobre como contatar a Defensoria Pública em casos de ameaças de remoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia da invisibilidade e a criminalização dos territórios populares evidenciam o desafio e a importância do mapeamento das remoções. Mapear é uma forma de dar visibilidade aos processos, de questionar os múltiplos e sucessivos deslocamentos forçados aos quais são submetidos aqueles em situações de maiores vulnerabilidades sociais e precariedades habitacionais.

Mais do que produzir um repositório de informações que busca representar a totalidade das remoções e ameaças de remoção na RMSP, o objetivo do OR é estabelecer um processo de mapeamento colaborativo que instrumentalize movimentos sociais e fortaleça as narrativas pelo direito à moradia e pelo direito à cidade.

O caráter colaborativo do mapeamento exige um esforço permanente do OR. Isso fica evidente pelo fato de que, mesmo após as mudanças tecnológicas adotadas e das estratégias de engajamento junto a lideranças e comunidades, o canal de denúncias permanece subutilizado. Um dos desafios da continuidade do projeto é disseminar o canal de denúncias, a partir de estratégias online e off-line que demonstrem a importância dessa ferramenta para os atingidos e ameaçados.

O acompanhamento do OR, mesmo adotando a estratégia de utilizar múltiplas fontes de informação e estabelecer parcerias, dificilmente chegará a identificar e mapear a totalidade de casos de remoções e ameaças de remoção. O banco de dados e o mapeamento subdimensionam o fenômeno. Assumir esse desafio não diminui a importância deste trabalho e da pesquisa do OR, já que, a narrativa expressa no mapa e seu potencial enquanto instrumento de luta pelo direito à cidade e à moradia são mais importantes do que representar a totalidade dos casos. Mesmo considerado o subdimensionamento, o mapeamento permite a análise contextualizada da geografia e da dinâmica das remoções e ameaças de remoção.

Os próximos resultados do mapeamento das remoções partem do diagnóstico dos limites apontados ao longo desse artigo. Para tentar contornar algumas das questões levantadas, atualmente estamos desenvolvendo: uma lista de transmissão WhatsApp com o mailing da rede contra remoções, onde serão enviados conteúdos constantes que reforçam o canal de denúncias; uma estratégia ampla de solicitação de acesso à informação, na qual serão encaminhados pedidos padronizados para as prefeituras dos municípios que compõem a RMSP; ferramentas de *web scraping* para capturar dados sobre remoções e ameaças de remoção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Mapeamento, identidades e territórios. In: Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFPR/IPPUR, 2010. pp. 9-46

BUENO, L.M. de M. Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização. Tese de Doutorado. São Paulo, FAUUSP, 2000.

CRAMPTON, Jeremy; KRYGIER, John. “Uma introdução à cartografia crítica”. In: Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. pp. 85-112.

DENALDI, Rosana; FERRARA, L. N. . The environmental dimension of slum upgrading. Ambiente & sociedade, v. 21, p. 1-20, 2018.

FOUCAULT, Michel. La arqueología del saber. Medellín: Siglo XXI, 1996.

LACOSTE, Yves. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas: Ed. Papirus, 1988.

ROLNIK, Raquel. “Informal, ilegal, ambíguo”: a construção da transitoriedade permanente. In: Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. pp. 169-194.

ROLNIK, LEITÃO, COMARU, LINS, (orgs.). “Observatório de Remoções 2015-2017: Relatório final de projeto. São Paulo: FAUUSP, 2017, disponível em: http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2017/12/1707OR_publicacaofinal_revDigital_menor.pdf Acesso em: 10.ago.2018

SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica. II Semestre 2011. pp. 1-17

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SLETTO, Bjørn I. “We Drew what We Imagined”: Participatory Mapping, Performance and the Arts of Landscape-Making. In: Chicago: Current Anthropology 50 (4), 2009. 443-476.

SLETTO, Bjørn I.; BRYAN, Joe; TORRADO, Marla; HALE, Charles; BARRY, Deborah. Territorialidad, mapeo participativo y política sobre los recursos naturales: la experiencia de América Latina. Cuadernos de Geografía, 2013, Vol.22(2), pp.193-310.